



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

452

Economia do Futebol

Fernando Nogueira da Costa

Junho 2023



ie Instituto de
economia

Economia do Futebol

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

O objetivo é ser realista na avaliação da “empresarização” do futebol ser bem-sucedida por si só sem ser acompanhada de policiamento institucional e amadorista por parte das torcidas. Resumo brevemente algumas observações a respeito do negócio do futebol coletadas na literatura. Avalio as finanças futebolísticas com base nos indicadores de receitas diversas, despesas, investimentos e endividamentos. Levanto as várias motivações extraeconômicas para bilionários estrangeiros adquirirem times de futebol. Investigo a costumeira lavagem de dinheiro na negociação de atletas. Constatos as reações contra as contumazes corrupções existentes nas instituições e por parte das pessoas envolvidas com o futebol. Analiso a viabilidade de abertura de capital da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) na bolsa de valores. Por fim, apresento um contraponto crítico ao processo de transformação de clubes de futebol em empresas.

Palavras-chave: Finanças, Riqueza, Lavagem de dinheiro, Corrupção.

Abstract

Football economy

The objective is to be realistic in evaluating the “corporateization” of football being successful on its own without being accompanied by institutional and amateur policing by the fans. Briefly summarize some observations about the football business collected in the literature. I evaluate football finances based on indicators of miscellaneous income, expenses, investments, and debt. I raise the various extra-economic motivations for foreign billionaires to acquire soccer teams. I investigate the usual money laundering in the negotiation of athletes. I note the reactions against the persistent corruption existing in institutions and on the part of people involved with football. I analyze the feasibility of going public for SAF on the stock exchange. Finally, I present a critical counterpoint to the process of transforming football clubs into companies.

Keywords: Finance, Wealth, Money laundering, Corruption.

JEL Classification: M, F2, Z13.

Sumário

Introdução.....	2
Literatura sobre o Negócio do Futebol	4
Finanças Futebol Clube	8
Bilionários Futebol Clube.....	12
Lavagem de Dinheiro Futebol Clube.....	15
Corrupção Futebol Clube	18
Análise da Viabilidade de Abertura de Capital de SAF	21
Considerações finais.....	27
Bibliografia.....	27
Anexo Estatístico.....	29

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas (Unicamp. IE). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br, ORCID: [0000-0002-3609-5799](https://orcid.org/0000-0002-3609-5799).

Introdução

A nova Lei 14.193/2021 da Sociedade Anônima do Futebol – SAF, ao permitir aos clubes de futebol se transformarem em empresas, tem o propósito de contribuir com o processo de gestão profissional e equacionamento das finanças do futebol brasileiro. Fernando Trevisan a analisou em artigo intitulado “A hora da verdade no Negócio Futebol”.

Historicamente, os clubes foram constituídos como associação civil sem fins lucrativos, há cerca de um século, como uma iniciativa para criar uma entidade de fomento à prática desportiva. Porém, o esporte ao longo da segunda metade do século XX se tornou parte da indústria do entretenimento, seja presencial, seja via transmissão.

Como o dinheiro em circulação com a profissionalização elevou-se muito, cresceu a pressão por investimento para o time se manter competitivo. Aquele formato original deixou de ter capacidade financeira de competir com os clubes europeus, principalmente, quando a moeda nacional se depreciou com regime de câmbio flexível e disparou a capacidade financeira deles contratarem jovens jogadores brasileiros.

Mais de 90% dos europeus se tornaram empresas, enquanto, no Brasil, mantiveram-se os clubes com a gestão tradicional. Havia pouco incentivo para um clube de futebol se tornar uma empresa.

O modelo associativo tinha menor custo tributário e os dirigentes não arriscavam a envolver seu patrimônio pessoal em caso de dívidas adquiridas em suas gestões. Não sendo empresas, essas organizações clubísticas não podiam ter sua falência decretada. Permanecem suas situações financeiramente insustentáveis por anos a fio.

Esse formato também impede a capitalização via venda de ações para investidores. Limita assim a capacidade de alavancagem financeira do clube.

A nova lei das SAF não obriga os clubes a se tornarem empresas, mas oferece uma série de incentivos:

- reduz o custo tributário por meio de um regime específico;
- libera a empresa de eventuais penhoras judiciais;
- possibilita a entrada de investidores por meio de aquisição de ações;
- abre caminho para resolver o problema das dívidas, obrigando a nova empresa a destinar 20% da receita e 50% do lucro para o pagamento por prazo determinado;
- obriga a adotar práticas avançadas de gestão e governança.

Este novo modelo já vem sendo utilizado por clubes altamente endividados em busca de recuperação dentro e fora de campo. Criam uma SAF para o futebol, separada do clube, e vendem 90% da participação acionária para investidor(es) externo(s).

A nova empresa passa a ter o direito de operar com a marca do clube, disputar os campeonatos e gerir o negócio do futebol. Sem o sucesso ser garantido *a priori*, a transformação desses clubes em SAF talvez seja a última esperança de ajuste.

Outros clubes já com regime empresarial adotam esse modelo menos oneroso em termos tributários, dispostos a assumirem as premissas de transparência e governança exigidas. Mesmo

clubes associativos já bem geridos e com dívidas equalizadas, capitalizam-se ao atrair investidores por meio de uma SAF.

Para os clubes de maiores torcidas e em melhor situação, a mudança demorará mais. Sem forte pressão financeira, não há disposição nem incentivo para encarar o preconceito ainda em vigor em relação à entrada de acionistas privados em clubes de futebol. A mudança de visão dependerá dos resultados obtidos pelas primeiras SAFs.

Mas ainda existem lacunas na nova lei e dúvidas em relação à sua implantação, em especial sobre tratamento das dívidas fiscais e responsabilidade diante dos credores. O Regime Centralizado de Execuções proposto envolve dívidas trabalhistas e cíveis, mas não estabelece regra para os tributos não pagos.

As dívidas fiscais respondem por cerca de um terço do total dos débitos dos clubes. As opções continuam sendo negociação direta com o ministério da Fazenda ou PROFUT (Programa de Refinanciamento Fiscal do Futebol Brasileiro), e nenhuma das duas tem funcionado.

Agora, o clube original se mantém como o responsável primário pela dívida passada e tem muito menos capacidade de pagamento, porque sua principal fonte de receita (o futebol) foi transferida para a SAF. Há disputa judicial com os credores porque a lei não deixa claro como será a corresponsabilidade da SAF no passivo fiscal anterior à aquisição, ou seja, se ela responde sobre o não pagamento das dívidas.

É pouco provável os clubes originais conseguirem honrar todo o passivo apenas com os repasses da SAF previstos em lei. Exceto caso ocorra um salto extraordinário no faturamento e/ou um deságio expressivo nas negociações dos débitos com os credores, o montante não será suficiente para quitá-los. Na Recuperação Judicial (RJ), negocia-se um plano de pagamento com os credores.

Sob o ponto de vista do investidor, o potencial de retorno para um aporte nesse mercado é bastante incerto. São poucos os clubes que geram superávit em suas operações, mesmo na Europa. A possibilidade de se alcançar sucesso financeiro a partir da valorização do ativo, e posterior revenda para grandes grupos internacionais, ainda é muito mais um desejo do que um potencial.

A nova lei da SAF representa a mais importante transformação do ambiente de negócios do futebol brasileiro desde a Lei Pelé de 1998, porque estimula a adoção do modelo empresarial nos clubes. A ideia é aproximá-los das boas práticas do ambiente corporativo similar ao europeu.

Pressupõe o modelo empresarial incentivar mais responsabilidade na gestão, transparência nas informações e explorar mais o seu cliente final, isto é, a razão de existência do clube: o torcedor. Defende a plena implantação do capitalismo no futebol.

O futebol brasileiro, para acompanhar o futebol europeu, necessita de transformação. Ela está baseada em *três pilares*, sendo a aprovação da Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) o primeiro deles, ao abrir a possibilidade de o futebol do clube passar de uma associação para uma empresa.

Outro pilar está na esperada criação da liga nacional ainda em disputa de duas propostas. A partir dela, a expectativa é discutir o produto futebol e negociar de forma centralizada os direitos de transmissão, aumentando a maior fonte de receitas.

O terceiro pilar é o “*fair play*” financeiro, adotado pela UEFA na Europa. Visa evitar os clubes gastarem acima do arrecadado, sob o risco de receberem penalizações.

Com esses três pilares, espera-se profunda transformação na Economia do Futebol. Clubes historicamente considerados “grandes” terão de se movimentar em busca da adequada governança ao novo ambiente institucional.

Para registrar o momento dessa transição histórica, eu orientei uma monografia de graduação do aluno Pedro Saraiva, intitulada *Futebol e Mercado: Ascensão das Sociedades Anônimas do Futebol no Brasil*. Ele fez o estudo de caso da SAF do Cruzeiro, meu time preferido desde a adolescência em Belo Horizonte.

Com a “sobra de pesquisa”, sugerida a ele pelo meu entusiasmo com o tema, mas não utilizada plenamente, resolvi elaborar esse Texto para Discussão. Seu objetivo é ser realista na avaliação da possibilidade dessa “empresarização” do futebol ser bem-sucedida por si só sem ser acompanhada de fiscalização, seja institucional, seja amadorista por parte das torcidas.

No primeiro tópico, resumo brevemente algumas observações a respeito do negócio do futebol coletadas na literatura. No segundo, avalio as finanças futebolísticas com base nos indicadores de receitas diversas, despesas, investimentos e endividamentos. No terceiro, levanto as várias motivações para bilionários estrangeiros adquirirem times de futebol. No quarto, investigo a costumeira lavagem de dinheiro na negociação de atletas. No quinto, constato as reações contra as contumazes corrupções existentes nas instituições e por parte das pessoas envolvidas com o futebol. No sexto, analiso a viabilidade de abertura de capital da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) na bolsa de valores e apresento um contraponto crítico ao processo de transformação de clubes de futebol em empresas.

Literatura sobre o Negócio do Futebol

Franklin Foer, no livro *Como o Futebol explica o Mundo: Um olhar inesperado sobre a globalização* (2005), coloca uma questão ainda muito atual: o futebol profissional irá além do esporte competitivo, onde angariou as paixões clubistas, para se tornar um clube fechado de bilionários a explorar sua possibilidade de geração de dinheiro?

Assim como em um modo de vida em contínua transformação, o futebol profissional em nível global abrange questões complexas. Elas ultrapassam a arte do jogo em si.

Os clubes de futebol espelham classes sociais e ideologias políticas, inspiram devoção mais intensa mesmo se comparada à das religiões. Envolve interesses pecuniários capazes de arruinar os clubes pequenos e melhorar a imagem de regimes políticos autoritárias ou deflagrará movimentos de libertação por torcedores em relação aos interesses de O Mercado – sobrenatural por ser onipresente e onipotente?

Para realizar esse amplo trabalho de reportagem, Franklin Foer, jornalista político norte-americano, viajou o mundo, analisando o intercâmbio entre o futebol e a nova economia global. Acabou por derrubar mitos.

Por um lado, em vez de destruir as culturas locais, como preconizava a esquerda, a globalização do futebol deu nova vida ao *tribalismo*. Por outro, longe de promover o triunfo do capitalismo pessoal e ético, apregoado pela direita, fortaleceu a *corrupção*.

As histórias colecionadas por Foer (2005) ilustram o choque de civilizações e revelam como o futebol e seus fiéis seguidores podem expor as mazelas de uma sociedade, sejam elas a pobreza, o antissemitismo ou o fanatismo religioso. Original, o livro nos ajuda a compreender nossa turbulenta época.

Quando veio a Internet, torcedores de todo o mundo passaram a poder ler as páginas esportivas em línguas conhecidas e seguir atentamente os jogadores conhecidos na Copa do Mundo. Depois, canais pagos em TV cabo e agora em *streaming* propiciaram acompanhar jogos na Europa, importando menos Brasil e Argentina.

Graças à quebra das barreiras comerciais e às novas tecnologias, o mundo ficou muito mais interdependente. A inevitável integração de mercados, Estados-nações em blocos comerciais e tecnologias, em um grau jamais observado antes, habilitou indivíduos, corporações e Estados nacionais a se contactarem.

Por isso, a Economia do Futebol está em uma transição necessária de ser registrada. Foer (2005) usa o futebol para abordar questões econômicas: as consequências da migração, a persistência da corrupção e a ascensão de novos oligarcas e/ou plutocratas poderosos. O futebol é pensado por ele como uma defesa das virtudes do nacionalismo para evitar a hegemonia do tribalismo dinástico.

Soccernomics, quando publicado em 2009, foi aclamado como um dos mais reveladores livros sobre o futebol. Além da óbvia inspiração do título do livro *Freakonomics*, os coautores Simon Kuper, colunista esportivo do Financial Times, e Stefan Szymanski, professor de Economia da *Cass Business School*, também aplicam princípios socioeconômicos na explicação de fenômenos cotidianos. Apresentam ideias fora-do-comum comprovadas por meio de dados e fatos.

Kuper e Szymanski juntaram a análise de dados, a estatística, o jornalismo, a economia e a sociologia para compreender o futebol em suas diferentes facetas. Produziram talvez o mais interessante registro dos bastidores do esporte mais popular do mundo.

Mostram a evolução e o impacto da audiência em diferentes países, além do resultado das pressões das torcidas sobre os clubes. Traçam um mapa atualizado da geopolítica do futebol.

Defendem *a tese de o futebol não ser um bom negócio*. Provavelmente, não é sequer um negócio. A pesquisa busca dados e argumentos em defesa dessa hipótese.

Como poucos clubes são cotados no mercado de ações e as paixões norteiam suas cotações de acordo com vitórias e derrotas semanais, se torna difícil descobrir seu valor de mercado fundamentado. Não apenas a maioria dos clubes tem prejuízo e não paga dividendos a seus acionistas, como muito dos maiores clubes sofrem tremenda queda no valor de suas ações após uma série de derrotas.

Independente de qual seja o parâmetro, nenhum clube de futebol é um grande negócio. Apesar de alguns jogadores serem celebridades e o programa de TV mais assistido ser a transmissão de jogo final de campeonatos e/ou copas de futebol, os clubes são pequenos negócios.

Os autores do livro *Os Números do Jogo: Por que tudo o que você sabe sobre futebol está errado* (2013), Chris Anderson & David Sally, afirmam: “o jogo dos números exige mais além de simplesmente contabilizar os lances ocorridos em um campo de futebol. *Exige procurar padrões a partir de grandes amostras de informações*. Isso também significa aceitar certos elementos do futebol serem imprevisíveis”.

O objetivo do *jogo da análise*, porém, mudou. Busca-se usar as informações – os fatos puros e frios – para determinar se aquilo acreditado a respeito do futebol é mesmo verdade.

A análise estatística não é uma questão de usar os números para provar uma teoria, mas sim observar aquilo dito realmente pelos números, descobrir se nossas crenças estão corretas e, se não estiverem, nos ajudar a entender aquilo no qual realmente devemos acreditar. Desafiar o senso comum pode ser incômodo.

O cérebro humano é uma máquina modeladora de análise, funcionando muitas vezes por apostas. Como produtor de previsões e de regras, nosso computador mental é sujeito a falhas.

Nossos cérebros foram projetados para recordar e superestimar os acontecimentos mais impressionantes e vívidos. Eventos de fato ocorridos vêm à memória mais facilmente em lugar de eventos possíveis de ter ocorrido.

Nossas teorias e nossas crenças pessoais, naturalmente, acabam sendo confirmadas: nós não acreditamos em algo porque o vemos. Na verdade, só vemos algo quando acreditamos naquilo!

Partidas de futebol e campeonatos são decididos pelo talento ou pela sorte? Esta é a questão-chave. Se o esporte for uma *questão de talento*, então, há uma lógica na competição: no fim, o melhor time triunfará. Se for uma *questão de sorte*, então, adianta gastar milhões com os melhores jogadores?

Por qual razão os craques ganham tanto? Seus salários se justificam porque remuneram não apenas serem jogadores, mas também o fato de serem celebridades. Um executivo pode gerar riqueza, desenvolvimento, tecnologia, mas o jogador, além de alguma renda, produz entretenimento, verba publicitária, *pay-per-view* e venda de inúmeros produtos.

O próprio conceito de torcer (e distorcer) se baseia na existência de uma lógica por trás do jogo: se seu clube adquirir os melhores jogadores e contratar um grande treinador, os troféus virão. Os autores de “Os Números do Jogo”, no entanto, chegaram à seguinte conclusão: “o futebol é, basicamente, um jogo 50-50. Metade é sorte; metade é talento” (Chris Anderson & David Sally, 2013: 45).

Quase na metade das vezes, no futebol, *o favorito não é tão favorito assim*. Isto pode ser explicado por dois fatores: no futebol, os gols são raros e os empates são comuns.

Essa combinação torna muito difícil estabelecer as probabilidades no futebol. Nele, o favorito vence em apenas aproximadamente 50% das vezes. Isto vai contra tudo aquilo pensado pela maioria a respeito desse esporte.

O futebol é o mais imprevisível dos esportes coletivos. Quase na metade das vezes, o time menos preparado – ou com jogadores piores – acaba vencendo!

O *acaso* é um elemento central em toda partida de futebol. A profissão do banqueiro de apostas se baseia no acaso. Se os jogos fossem previsíveis, ninguém apostaria.

Os gols saem na maioria das vezes em falhas da defesa. Logo, a maioria das equipes se defendem, quando jogam longe de sua torcida, e esperam a eventual oportunidade para aproveitar um erro do adversário.

A qualidade do time praticamente determina o número de finalizações e cada finalização tem uma chance de estufar as redes contra oito bolas fora das metas ou defendidas. A sorte, antes e acima de tudo, depois a forma e a habilidade dos jogadores, e no fim coisas como a “fase atual” (confiança) decidem a vitória de uma equipe e a margem de gols.

É uma descoberta surpreendente para os torcedores o maior papel do *acaso* em determinado jogo. Acreditam o talento de um time decidir totalmente o acontecido no campo.

Por isso, pressionam os “donos do futebol” a investirem na negociação de jogadores, disputando as “celebridades”. Senão, pelo menos, famosos em fim de carreira... e caros.

Tostão (Eduardo Gonçalves de Andrade), em “*Tempos vividos, sonhados e perdidos: Um olhar sobre o futebol*” (2017), comenta o ambiente e/ou os bastidores do futebol. A Sociedade do Espetáculo do Futebol é composta também de violência, troca de favores, jogo de interesses, torcidas organizadas e avanço tecnológico.

Ele destaca como fator importante para a queda do futebol brasileiro a relação promíscua existente entre empresários, investidores, clubes, federações estaduais e a CBF. É a troca de favores, uma das pragas da cultura brasileira.

É comum um treinador e um jogador, das categorias de base ou do time principal, serem agenciados pelo mesmo empresário. Isso gera conflito de interesses devido à desmedida ambição humana. Nem sempre os atletas capazes de gerar lucros aos clubes são os escalados pelos técnicos.

Os clubes, por comodismo e interesses escusos, são reféns desses empresários. Eles agenciam jogadores e técnicos e participam ativamente das contratações e das negociações para a saída de jogadores.

A primeira conduta de um dirigente ou de um treinador, quando assume o comando da seleção brasileira, deveria ser abolir todos os vínculos com empresários. Com frequência, um técnico convoca um jogador pela primeira vez de maneira inesperada.

Então, ele passa a ser valorizado para ser transferido para um grande clube da Europa. Nunca mais é chamado. Fica a suspeita de mutreta, ainda mais se o empresário do jogador for o mesmo do treinador.

Outro viés é escolher como dirigente da CBF um ex-empresário de técnicos e de jogadores. Mesmo caso ele interrompa formalmente todos os contratos anteriores, há sempre o perigo da permanência de vínculos de trocas de favor.

Empresários costumam fabricar notícias, e jornalistas, por ingenuidade ou sem perceber, dão destaque e acabam se tornando participantes de um jogo de interesses. O *marketing*, importante em qualquer atividade, passou também a dominar o futebol, com a promoção de jogadores medíocres a bons e de excelentes a craques.

Com relação ao futebol jogado no Brasil como um todo, por causa da desorganização e da impossibilidade financeira de manter os principais atletas nos clubes, segundo Tostão, o nível técnico é de segunda divisão, em comparação com o dos melhores times do mundo.

As grandes equipes do mundo assim como as grandes do Brasil possuem equipes de informática, constituídas de analistas técnicos e táticos. Eles dão todas as informações estatísticas sobre os jogadores e os adversários. Isso ajuda os treinadores nas decisões e nas contratações de atletas pelos dirigentes.

Para Tostão, um ex-professor de Medicina na área de psiquiatria, há um exagero na adoração por esses números. Tornam os técnicos muito bem-informados, mas se superar a pouca capacidade de observar os detalhes subjetivos.

Por exemplo, no futebol brasileiro, predomina o jogo-de-cena, quando costumeiramente os jogadores brasileiros usam a esperteza, as simulações e as violações das regras e da ética para levar vantagem. Infelizmente, a mesma “vitimização” ocorre em outras atividades humanas, onde a falta de personalidade por não a cultivar com educação leva a não assumir responsabilidades pessoais.

“No instante do lance, na emoção do jogo, na busca do sucesso, o jogador, sem pensar e sem racionalizar, age mais por impulsos emocionais, presentes nas profundezas da alma. Nada disso justifica ele não ser punido. Todos devem ser responsáveis por seus atos”, afirma Tostão.

Ele conclui: “a sociedade do espetáculo não gosta necessariamente de futebol. Gosta mais de consumir, festejar, descartar e trocar seus ídolos rapidamente”.

Finanças Futebol Clube

Os principais clubes brasileiros de futebol viram suas receitas crescerem de forma praticamente constante nos últimos dez anos, acompanhadas de um endividamento também crescente. Isso é revelado por estudo da EY, resumido pelo jornal Valor (21/05/23).

A receita nominal dos 30 clubes estudados se elevou 156% entre 2013 e 2022, passando de R\$ 3,17 bilhões para R\$ 8,13 bilhões no período. Em termos reais, com o desconto da inflação, o avanço foi de 50%.

Em termos de receita, o levantamento mostra Flamengo e Palmeiras dominarem os valores recebidos no futebol brasileiro. As duas agremiações mais Corinthians, São Paulo e Internacional concentraram 49% dos R\$ 8,14 bilhões arrecadados pelos 30 times estudados.

A receita recorrente total, isto é, não considerando a venda de atletas, foi de R\$ 6 bilhões, 1% abaixo do ano anterior, e 52% dela também ficaram concentrados em cinco equipes — com o Atlético Mineiro no lugar do Internacional nesse grupo.

O Flamengo lidera, desde 2019, a lista de maiores receitas do futebol brasileiro e obteve no ano passado R\$ 1,177 bilhão no total, seguido pelo Palmeiras, com R\$ 867 milhões. A seguir, o Corinthians arrecadou R\$ 777 milhões no ano passado; o São Paulo ficou com R\$ 661 milhões; e o Internacional, com R\$ 467 milhões.

No mesmo período, o endividamento líquido aumentou 94,6%, de R\$ 5,830 bilhões, em 2013, para R\$ 11,347 bilhões, em 2022. O estudo considera 19 clubes na disputa da Série A e 11 da Série B neste último ano.

Em relação ao endividamento, a métrica convencional é verificar quantas vezes a dívida está acima da receita. São nove os clubes com essa relação acima de 2,5 vezes, em uma situação de “alerta”. Dessas nove equipes, sete estavam na Série B no ano passado, sofrendo uma grande queda de receitas.

Um time da Série A recebe, “de largada”, uma verba de direito de transmissão entre R\$ 60 milhões e R\$ 65 milhões, enquanto uma equipe da Série B fica com algo entre R\$ 8 milhões e R\$ 9 milhões. Das sete equipes desse grupo de superendividados na Série B em 2022, três – Bahia, Cruzeiro e Vasco – conseguiram subir e vão disputar a principal divisão do futebol brasileiro em 2023. O Grêmio também subiu, mas não estava tão endividado.

Além dos três citados, Guarani, Botafogo, Ponte Preta, Atlético Mineiro, Sport e Vila Nova aparecem com um endividamento líquido acima de 2,5 vezes a receita total. O clube de Campinas lidera com endividamento 8,49 vezes acima da receita.

Este grupo de clubes está altamente alavancado. Se esses clubes fossem empresas, talvez estivessem em um processo quase sem retorno.

O Atlético Mineiro aparece ainda como o maior endividamento líquido individual entre os 30 clubes, com R\$ 1,57 bilhão, mas o clube tem uma grande torcida e inaugurará, em 2023, um estádio próprio como potencial de se transformar em gerador de receitas para redução desse montante. Depois do Atlético, de acordo com o estudo da EY, os maiores endividamentos são do Cruzeiro, com R\$ 1,18 bilhão; do Botafogo, com R\$ 1,04 bilhão; do Corinthians, com R\$ 927 milhões; do Vasco, com R\$ 679 milhões; e do Fluminense, com R\$ 678 milhões.

A EY relacionou receita com desempenho esportivo. A pesquisa considerou os últimos cinco anos e as três principais competições disputadas pelos clubes brasileiros em um ano – Brasileirão, Copa do Brasil e Libertadores da América.

Nos 15 troféus disputados nesse período, Flamengo e Palmeiras, as maiores receitas, venceram dez deles – com o adendo de a Libertadores também ser disputada por clubes de fora do Brasil. Foram duas Libertadores, dois Campeonatos Brasileiros e uma Copa do Brasil para cada um.

Nos últimos anos, os clubes com maior potencial financeiro, além dos com maior capacidade de gestão e governança, são os clubes com melhor performance esportiva. Esse dado não significa clubes com receita menor jamais conseguirem ter um bom desempenho.

A boa governança é fundamental para as metas terem mais chances de serem alcançadas no campo de jogo. O Athletico Paranaense é um exemplo de time com boa governança, embora, entre as receitas, tenha recebido a sétima receita no ano passado, com R\$ 371 milhões. O time foi, em 2022, vice-campeão da Libertadores.

Além da receita, tem componentes de estrutura adequada, processos, governança, estratégia, gestão de médio e longo prazo. É como se fosse uma empresa normal. Não pode pensar um clube como fosse algo separado da vida normal de uma sociedade empresarial.

Esses números, apresentados pela EY, são diferentes dos apresentados no Relatório de 2023, produzido pelas consultorias Convocados, Galapagos e *OutField*. Estão nos quadros do Anexo Estatístico (AE).

O Relatório permite o acompanhamento da evolução das finanças dos clubes futebolísticos e a comparação com os associados com SAF – Sociedade Anônima do Futebol. As dificuldades financeiras levaram à experimentação desse novo modelo de gestão.

Alguns números agregados (consultar AE) dão uma impressão inicial do conjunto. Em 2022, foram R\$ 6,9 bilhões de receitas totais da Série A, mais de seis vezes nessa divisão diante de R\$ 1,1 bilhões da Série B. Os custos com salários foram metade das receitas: R\$ 3,4 bilhões.

Investimentos em contratações de atletas na Série A, em 2022, foram de R\$ 1,3 bilhões. A dívida de seus clubes ampliou-se e atingiu R\$ 10 bilhões.

Os investimentos visam explorar o mercado propiciado pelo elevado percentual (82%) de brasileiros apreciadores do futebol como um dos esportes favoritos, entre eles, 89% torcem para algum time de futebol no Brasil. Mais de um quarto (26%) já comprou algum ativo digital, ligado ou não a clubes. Surpreende a informação a respeito do consumo declarado de apostas no país com valor bem acima dos demais: R\$ 31 bilhões!

Ao comparar as fontes de receitas em 2022 com as do ano pré-pandemia (2019), em valores corrigidos pelo IPCA, o total não se alterou muito: R\$ 6.915 milhões contra R\$ 6.867 milhões. Houve mudanças na composição entre 2019 e 2022: redução de direitos de transmissão (de R\$ R\$ 2.871 milhões para R\$ 2,765 milhões) e negociação de atletas (de R\$ 1.572 milhões para R\$ 1.234 milhões), e aumento das receitas com publicidade (de R\$ 758 milhões para R\$ 1.321 milhões) e bilheteria/sócio torcedor (de R\$ 987 milhões para R\$ 1.008 milhões).

Com isso, os percentuais dos direitos de transmissão caíram de 42% para 40%, assim como os de negociação de atletas de 23% para 18%. Em contrapartida, elevaram-se os de publicidade de 11% para 19% e de bilheteria/sócio torcedor de 14% para 15%. A presença da torcida nos estádios conta menos, mas é correlacionada com o interesse da audiência nas transmissões. As vitórias são cruciais nas finanças do futebol.

O futebol opera com base em *receitas variáveis*. Não se trata de não-recorrentes, pois elas existem e se repetem, entretanto, tem fluxo variável pelo desempenho em campo. Receitas com Direitos de Transmissão e bônus de performance são exemplos delas.

Em termos reais, os clubes da Série A de 2022 gastaram um total de R\$ 1,758 bilhão no ano 2022 com contratação de atletas, categorias de base e infraestrutura. Um aumento de 29% em relação ao R\$ 1,358 bilhão investido em 2021, um ano ainda com distanciamento social, mas apenas 9% acima do investimento em 2019: R\$ 1,619 bilhão.

O grande responsável por isso foi a prioridade dada à aquisição de novos atletas. O montante destinado às categorias de base permaneceu próximo nos dois anos da pandemia e pouco abaixo ao de 2019. Em infraestrutura, cresceu 55% desde 2018.

Quase todos os clubes, cujas finanças foram analisadas, aumentaram os investimentos com o time principal no ano passado, com exceção de Atlético-MG, Bragantino, Grêmio e Palmeiras. Mas 64% do valor incremental veio da dupla de times cariocas: Botafogo (R\$ 194 milhões) e Flamengo

(R\$ 208 milhões), ambos em disputa pela liderança do Campeonato Brasileiro em 2023. O Cruzeiro investiu abaixo de todos (R\$ 31 milhões) e conquistou o título de campeão da Série B em 2022.

Alguns clubes gastaram com o elenco profissional além do devido. A preocupação por uma melhora no desempenho esportivo foi um dos motivos para os dirigentes assumirem mais compromissos financeiros acima do recomendável.

O Relatório utiliza o EBITDA (*Earnings Before Interest, Depreciation and Amortization*) para mostrar o valor de sobra para o clube depois de pagar seus custos e despesas correntes. Na prática do futebol, a geração de caixa acontece quando sobra dinheiro para o clube pagar suas dívidas e fazer investimentos.

Gastar acima de 80% do EBITDA é aceitável apenas para clubes sem dívidas ou com posição de caixa relevante. Atlético e Fortaleza se enquadram nesse grupo. O RB Bragantino possui fontes de financiamento direto com o controlador, um bilionário austríaco dono da Red Bull e muitos outros times no mundo para divulgação da marca.

Gastar acima do EBITDA só é possível se o clube conseguir financiamento para o investimento. Na Série B, as SAFs (Cruzeiro, Botafogo, Vasco, Bahia), além do clube Grêmio, registraram um EBITDA negativo. Logo, investimentos foram realizados com dívidas crescentes ou aportes de capital.

Garotos chegam aos 13 anos nas *categorias de base* e se formam aos 18 ou 19 anos, este é um tempo necessário para a maturação desse investimento. Por isso, os autores do Relatório fizeram um exercício ao considerar os investimentos acumulados dos últimos 5 anos e os comparar com as receitas de negociação de atletas.

Por exemplo, o Flamengo investiu R\$ 184 milhões em sua base, durante 5 anos, e obteve receita com negociação de atletas em três anos de R\$ 564 milhões, ou seja, retorno sobre investimento de 3,1 vezes. Ficou pouco abaixo do Palmeiras (R\$ 494 milhões / R\$ 127 milhões: 3,9) e do São Paulo (R\$ 500 milhões / R\$ 128 milhões: 3,9). Por sua vez, o retorno do Cruzeiro ficou muito abaixo (R\$ 73 milhões / R\$ 61 milhões: 1,2).

Cruzeiro (-55%), Grêmio (-48%) e Palmeiras (-38%) foram destaques pela redução de custos e despesas em relação a 2021, com menções também a Atlético MG (-18%), Santos (-18%) e Bahia (-30%). Para comparar diferenças de poder econômico, as despesas do Flamengo atingiram R\$ 742 milhões e as do Cruzeiro R\$ 131 milhões.

O Botafogo teve destaque negativo por ter gastado muito acima das suas receitas (R\$ 249 milhões contra R\$ 142 milhões), em 2022, enquanto Flamengo e Corinthians, outros dois com aumento de gastos, se mantiveram dentro de níveis aceitáveis. As receitas do Flamengo atingiram R\$ 1.170 milhões e do Corinthians R\$ 737 milhões, respectivamente, gastaram R\$ 742 milhões e R\$ 525 milhões. Têm as maiores torcidas.

Nas análises das dívidas, é necessário discriminar os dados de passivo para obter claramente os números possíveis de gerar problemas aos clubes. Assim, o cálculo é composto pela soma de: (+) Empréstimos e Financiamentos (+) Fornecedores (+) Valores a Pagar a Clubes e Agentes (+) Impostos Parcelados (+) Salários, Direitos de Imagem, Encargos Sociais, Impostos e Contribuições (-) Disponibilidades.

Não foram adicionados os Adiantamentos, porque enquanto o clube estiver operando os adiantamentos tendem a ser recorrentes. Em outras atividades, os Salários e Encargos jamais seriam *dívidas*, mas como no futebol é costume *o atraso em seus pagamentos*, é fundamental incluí-los na conta.

Atrasar esses pagamentos aos atletas e servidores pode significar no futuro um grande problema para os clubes. Para evitar os atrasos, é necessário ter dinheiro em caixa.

A situação dos débitos de cada clube brasileiro varia bastante. A maioria aumentou o passivo de 2021 para 2022. Apenas Avaí, Coritiba, Cuiabá, Flamengo, Goiás e Juventude conseguiram diminuir o quanto cada um deve. Por exemplo, as dívidas do Coritiba foram reduzidas graças ao processo de Recuperação Judicial (RJ) ao qual o clube passou.

O Atlético-MG segue com a maior dívida: R\$ 1,498 bilhão. Em seguida está o Corinthians: R\$ 1,029 bilhão. Depois vem o Cruzeiro com R\$ 800 milhões.

Os números das SAFs são a soma de suas dívidas mais as dívidas das associações. Há riscos de clubes ficarem insustentáveis por conta da necessidade de honrar dívidas.

Os exemplos de Botafogo, Cruzeiro e Vasco devem ser acompanhados. Os clubes viraram SAF e ainda assim mostram como é difícil recuperar a competitividade perdida. Não há uma “saída mágica” para problemas financeiros insolúveis sem inovação na gestão profissional ou empresarial. Será o apoio de algum mecenas bilionário a fundo perdido ou investimento de um fundo soberano e/ou investidor estrangeiro?

O estudo fez ainda uma projeção para avaliar quantos anos cada clube levaria para conseguir acabar com as dívidas, caso as equipes utilizassem 20% das receitas médias anuais dos últimos quatro anos (2019 a 2022) para pagá-las. Atlético-MG (20,9 anos), Cruzeiro (19,9), Botafogo (18,8), Vasco (17,5) e RB Bragantino (12) são os clubes necessitados de mais tempo para concluir a árdua missão de *zerar o passivo*. Cuiabá (0,2), Atlético-GO (0,8), Goiás (1,2), Flamengo (1,6) e Fortaleza (1,8) seriam os mais rápidos a conseguirem tal feito.

A solução para uma melhor gestão financeira dos clubes passa por gastar melhor a diminuta receita obtida. Aumentar a receita é difícil, então, melhorar seu uso é o ideal.

É necessário reestruturar as dívidas junto aos credores, apelando até mesmo para RJ, para elas se tornarem administráveis. Leva tempo, sacrifica a competitividade atual, mas é a forma correta de manter, seja o clube, seja a SAF, em longo prazo, segundo os autores do *Relatório 2023* da consultoria Convocados.

Bilionários Futebol Clube

Várias razões levam os bilionários estrangeiros a comprarem times de futebol.

Muitos bilionários são aficionados por futebol e têm uma paixão pessoal pelo esporte. Comprar um time de futebol lhes permite participar ativamente na sua gestão e direção.

Ter a propriedade de um time de futebol de renome traz prestígio e status social. É particularmente atraente para indivíduos com desejo de aumentar sua visibilidade e obter reconhecimento público.

Ser dono de um clube de futebol proporciona oportunidades de *networking*. Conexões com outras pessoas influentes e empresários são benéficas para os negócios e abrem portas para novas parcerias e empreendimentos.

Proprietários de times de futebol obtêm uma influência considerável na sociedade. Utilizam essa posição para promover causas sociais, envolver-se em questões políticas e contribuir para o desenvolvimento e a promoção do esporte em seu país ou região.

Alguns bilionários veem a compra de um time de futebol como um investimento potencialmente lucrativo. Clubes de futebol populares se forem bem administrados geram receitas significativas por meio de vendas de ingressos, patrocínios, direitos de transmissão, *merchandising* e transferências de jogadores.

O mundo do futebol é complexo por envolver diferentes dinâmicas financeiras, sociais e culturais. Atraem até investidores estrangeiros.

Diversificar o patrimônio por meio de investimentos no esporte não é uma novidade entre os bilionários da lista da *Forbes*, especialmente, norte-americanos: são 6 destes na lista dos 10 mais ricos possuidores de equipes esportivas. Nos Estados Unidos, muitos bilionários compram participações em clubes profissionais de ligas – como NFL (futebol americano), NBA (basquete), MLB (baseball), NHL (hóquei) e MLS (futebol/*soccer*) – com objetivo de investir em vez de pagar impostos à Receita Federal do país.

Deduzem despesas relacionadas à operação do clube, como salários de funcionários, viagens, marketing e outras despesas comerciais legítimas. Os proprietários de clubes esportivos também podem se beneficiar da depreciação de ativos do clube, como estádios, instalações e equipamentos. Permite reduzir sua carga tributária anualmente.

Em alguns casos, os proprietários de clubes podem negociar acordos com governos locais para receber subsídios ou incentivos fiscais para a construção ou a reforma de estádios. Esses acordos podem incluir benefícios fiscais específicos, como isenção de impostos sobre a propriedade ou redução de taxas.

A estratégia dos bilionários norte-americanos, para não terem sua fortuna confiscada por impostos, resume-se ao trinômio *buy* (comprar), *borrow* (tomar emprestado) e *die* (morrer).

Compram ações e/ou imóveis, mas não se desfazem deles, para não gerar imposto a ser pago. A lei americana só considera renda tributável quando há *recebimento efetivo de dinheiro* – e não *potencialmente* como no caso de valorização das ações ou dos imóveis no mercado.

Em vez de receber salário e ter imposto de renda descontado na fonte, *tomam empréstimos* baratos para manter o padrão de vida desejado, oferecendo como garantia colateral os ativos comprados. Quando *morrem*, seus ativos – formas de manutenção de riqueza, inclusive ações e imóveis – passam para os herdeiros livres de imposto de renda.

Por exemplo, foi noticiado na sexta-feira (16/05/23): o ex-jogador de basquete Michael Jordan venderá sua participação majoritária no Charlotte Hornets da NBA para um consórcio de investimentos. Aposentado das quadras em 2003, gastou cerca de US\$ 275 milhões em 2010 (R\$ 484 milhões na cotação da época) para assumir a maioria das ações dos Hornets, sendo o primeiro ex-jogador da NBA a se tornar dono de uma equipe. Sob os termos do acordo, os Hornets foram avaliados

em US\$ 3 bilhões (por volta de R\$ 14,5 bilhões), conforme o New York Times. Multiplicou mais de dez vezes o valor investido!

Os seguintes bilionários proprietários de grandes clubes de futebol fazem parte da lista da *Forbes*: Stanley Kroenke (Arsenal – Inglaterra e Los Angeles Rams da NFL - Estados Unidos), US\$ 10,7 bilhões; Nassef Sawiris (Aston Villa), US\$ 7,7 bilhões; Dmitry Rybolovlev (Mônaco) US\$ 6,6 bilhões; Rocco Commisso (Fiorentina), US\$ 6,1 bilhões; Paul Singer (Milan), US\$ 4,3 bilhões; John Henry (Liverpool), US\$ 3,6 bilhões; Florentino Pérez Rodríguez (Real Madrid), US\$ 2 bilhões.

Além desses, há outros conhecidos bilionários: Roman Abramovich (Chelsea FC - Inglaterra); Sheikh Mansour bin Zayed Al Nahyan (Manchester City FC - Inglaterra); Nasser Al-Khelaifi (Paris Saint-Germain FC - França); Andrea Agnelli (Juventus FC - Itália); Dietrich Mateschitz (Red Bull Salzburg - Áustria e RB Leipzig - Alemanha); Zhang Jindong (Inter de Milão - Itália); Joseph DaGrosa (Girondins de Bordeaux - França); Robert Kraft (New England Revolution da MLS - EUA); Johan Rupert (Stellenbosch FC - África do Sul).

Roman Abramovich perdeu bilhões e caiu da 142ª para a 350ª posição entre os ricos da lista da *Forbes*. Ele nem aparece mais entre os mais ricos no recorte “donos de uma equipe esportiva”, depois de estar em 8º em 2021.

Ele faz parte do grupo de oligarcas russos com bens confiscados como parte das sanções em decorrência da invasão de militares russos na Ucrânia. Começou 2022 com US\$ 15 bilhões em patrimônio. Encolheu para US\$ 6,9 bilhões em março. O futuro ex-dono do Chelsea FC colocou o time à venda, mas os bens bloqueados impedem a operação.

Proprietários de outros grandes times, como Manchester City e Paris Saint-Germain não são listados pela *Forbes* porque são de propriedade de Fundos Soberanos. São ligados a regimes autoritários do Golfo Pérsico, respectivamente, emirado de Abu Dhabi e Catar.

No caso, suas motivações são diferentes das expressas pelos bilionários ocidentais. De maneira análoga, a Arábia Saudita anunciou estatização dos principais clubes do país para contratar craques globais, estratégia relacionada com patrocínios milionários, entrada no futebol europeu e busca de influência geopolítica.

O reino teocrático islâmico conduz sua política externa de acordo com um programa estratégico conhecido como *Saudi Vision 2030*. É maior exportador de petróleo do mundo com a segunda maior reserva e a sexta maior reserva de gás natural.

Objetiva diversificar a economia do país (a 19ª maior) ao reduzir sua dependência da exportação de petróleo. Ambiciona também colocar o país com 33,5 milhões de habitantes e 12º maior território – a maior parte é deserto sem rios ou lagos, por isso usa água dessalinizada ou extraída em aquíferos subterrâneos – como um dos principais centros políticos e financeiros do planeta.

A Arábia Saudita é uma monarquia absolutista teocrática sem Constituição para os cidadãos. Nunca realizou eleições nacionais, portanto, partidos políticos são proibidos.

Ela tem histórico de desrespeito aos direitos humanos. Impõe uma posição submissa às mulheres, não oferece liberdade religiosa e política e nem reconhece os direitos humanos. Suspeitos são torturados para confessar e serem decapitados em público.

Planeja agora obter *soft power*, uma técnica de conquista de poder por vias não-bélicas, dentre as quais os investimentos e suporte a eventos esportivos como a Copa do Mundo de futebol lá em 2030. Em paralelo, mesmo sem água doce, pratica o *sportwashing*: uso do esporte para “limpar a imagem” de um regime, país ou grupo econômico, dada a popularidade dessa expressão cultural-esportiva ocidental agora espalhada pelo mundo.

Essa propaganda enganosa busca promover uma imagem positiva e encobrir atividades negativas associadas a governos autoritários com histórico questionável em relação a direitos humanos, liberdade de expressão, democracia ou outros problemas socioeconômicos. Eles buscam alavancar o esporte, uma área altamente visível e popular, para melhorar sua reputação e imagem globalmente.

Entre outras táticas comuns de *sportwashing*, governos buscam sediar eventos esportivos de grande porte, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo ou Campeonatos Mundiais de times campeões continentais. Visa a promoção da cultura local e a apresentação de uma imagem de país acolhedor.

Por exemplo, no Brasil, o fundo de investimentos árabe Mubadala formalizou a dirigentes da Libra uma proposta pela formação de um bloco comercial em lugar de uma liga nacional. Agora, para comprar 12,5% dos direitos de mídia dos clubes, referentes ao Campeonato Brasileiro, por um período de 50 anos, basta Corinthians, Flamengo, Palmeiras e São Paulo – os times mais poderosos em torcidas e direitos de transmissão – a assinarem. Assim, concentrarão maior poder, distante da concorrência dos outros.

Enfim, é *sportwashing* adquirir clubes esportivos renomados para se associarem a uma marca positiva e ganharem prestígio e visibilidade. Isso pode ajudar a desviar a atenção de outras atividades problemáticas dos bilionários, sejam pessoas, sejam países.

Lavagem de Dinheiro Futebol Clube

A maior “bolha de ativo”, em prazo médio, talvez seja o passe contratual de jogadores de futebol. Basta ser bem-sucedido, em início da carreira profissional, para ser supervalorizado, porque muitos empresários o usam para ganhar e/ou lavar dinheiro.

O atacante Vitor Roque, formado nas categorias de base do Cruzeiro, teve ligeira passagem pelo Athletico-PR e já deve ser vendido para o Barcelona. O *Diario As* noticiou: o time catalão pagará cerca de 40 milhões de euros (R\$ 209,6 milhões na cotação atual) pelo jovem de apenas 18 anos, artilheiro da Seleção Brasileira sub-20 na Sul-americana.

Com apenas 17 anos, Vitor Roque marcou seis gols e deu uma assistência em 11 partidas pelo time principal do Cruzeiro em 2022. No Athletico-PR, o centroavante disputou 61 jogos, tendo feito 17 gols e distribuído sete assistências.

O Cruzeiro cobra do Athletico-PR, na Justiça, R\$ 56 milhões pela negociação de Vitor Roque. A ação, tramitando na CNRD (Câmara Nacional de Resoluções e Disputas), é referente a uma regra em relação à renovação de contrato de Vitor Roque.

A alegação é ter feito uma proposta de extensão de vínculo com ele antes de o Athletico-PR depositar o valor referente à multa rescisória do jogador em abril de 2022. O time mineiro possuía

preferência para renovar com o atleta, mas seu ex-diretor de futebol foi para o clube paranaense e usou a *inside information* para contratar o jovem talento.

O clube celeste chegou a protocolar a renovação na Federação Mineira de Futebol (FMF), mas, ainda assim, o Athletico-PR depositou o valor referente ao contrato antigo. Para o Cruzeiro, ele precisava ter acionado o clube sobre a proposta para Vitor Roque e o time celeste teria, então, a possibilidade de igualar as cifras oferecidas ao atleta.

No Brasil, para o mercado nacional, a multa rescisória é definida de acordo com o salário do jogador. Portanto, uma extensão automática do contrato de Vitor Roque, com valorização salarial, aumentaria o valor necessário para tirar o atacante do Cruzeiro.

Há ainda uma segunda ação preventiva na qual o Cruzeiro pede correção do valor pago pelo Athletico-PR. De acordo com o clube mineiro, o paranaense depositou R\$ 24 milhões, mas algumas valorizações salariais recebidas por Vitor Roque antes de deixar o time celeste elevariam o valor para R\$ 27 milhões.

Apesar da pequena recuperação em 2022 com relação a 2021 (+10% em euros), as receitas com negociação de atletas brasileiros em moeda forte ainda estão 31% abaixo de 2019, segundo o Relatório 2023 das consultorias Convocados, Galapagos e *OutField*. A justificativa é a demanda por atletas mais jovens e, conseqüentemente, com valor de multa menores.

Além disso, os atletas estão levando seus contratos até o fim, deixando os clubes sem direito a ressarcimento financeiro. Esta prática tem sido vista também na Europa.

São Paulo (R\$ 229 milhões) foi o maior destaque em termos de negociações. No caso, suas receitas foram impactadas em cerca de R\$ 100 milhões pela revenda de atletas formados já na Europa: Antony para o Barcelona e Casemiro para o Manchester United.

Os clubes não podem depender só das *receitas com negociações de atleta*, pois são incertas, embora elas façam parte do *negócio do futebol*. O principal aspecto a ser avaliado é o nível de dependência dos clubes brasileiros em relação a esse tipo de receitas. As simulações das citadas consultorias apontam o intervalo ideal ficar entre 10% e 25% das receitas totais, caso tenham alguma recorrência.

A pandemia reduziu o volume de negociações na Europa, impactando nas negociações de atletas do Brasil para o continente. A Inglaterra segue sendo o país de destino da maioria das negociações. Na principal janela de transferência, a do verão europeu (agosto), dos 10 maiores valores de transferência, 7 envolviam chegadas de atletas na Inglaterra. Na janela de inverno (janeiro), lá se comprou 8 entre as 10 maiores vendas.

A Inglaterra movimenta mais dinheiro, mas menos atletas. O valor médio de contratação por atleta é mais alto diante do registrado nas demais ligas. Itália e Portugal movimentam muitos atletas, mas de menor valor.

Maior movimento e menor valor tem relação direta com o perfil da liga. Na Itália, há muita movimentação interna, enquanto Portugal, Países Baixos e França recebem atletas jovens para finalizar formação e revender.

Em 2022, houve aumento da presença de negociações abaixo de € 2 milhões como reflexo da redução na ideia média das contratações. Mas foram também retomadas as negociações acima de € 50 milhões, indicando o mercado estar se recuperando.

Comparando 2019 com 2022, a Inglaterra passou a optar por *contratações de atletas mais maduros*. Ter mais dinheiro permite acessar atletas com maior experiência e chance de acertar logo. Exceto na da Espanha, no meio termo, as demais ligas optam por atletas mais jovens, adotando a *prática de formação*, especialmente, na Alemanha, França, Países Baixos e Portugal.

Negociar atletas é parte (ou arte) do negócio. Há o exemplo italiano de instabilidade, onde historicamente o lucro na negociação de atletas representava mais de 20% das receitas, e houve queda brusca para 12%, em 2020-2021, por conta da pandemia. É preciso fazer as escolhas certas, formar bem e se apropriar do ganho pela formação.

Outra parte do negócio do futebol é escuso, ou seja, incita desconfiança, tende a ser misterioso, porque não está em conformidade com a lei e, portanto, é ilícito. *A lavagem de dinheiro no futebol pode ocorrer de várias maneiras como os seguintes exemplos.*

Uma forma comum de lavagem de dinheiro no futebol é a compra de clubes de futebol. Indivíduos com fundos ilícitos adquirem clubes para usar o futebol como uma fachada legítima para justificar a origem de seu dinheiro.

Outra forma de lavagem de dinheiro é através de investimentos em jogadores. Muitos bilionários compram jogadores, investem em seus direitos econômicos em conluio com os administradores de carreiras de atletas, capazes de intermediar suas transferências, e usam essas transações como meio de introduzir dinheiro ilegal no sistema financeiro.

A lavagem de dinheiro também pode ocorrer por meio de *pagamentos não declarados* a jogadores e agentes. Parte do dinheiro ilegal é mascarada como salários ou comissões “por fora” concedidas a jogadores e agentes envolvidos em transações de jogadores.

Lavadores de dinheiro realizam transferências financeiras complexas e obscuras entre diferentes países e contas bancárias, dificultando o rastreamento e a identificação da origem do dinheiro. Paraísos fiscais são utilizados para ocultar a verdadeira identidade dos envolvidos e facilitar a transferência de dinheiro de forma a dificultar a rastreabilidade dos recursos.

Também empresas fictícias ou controladas por lavadores de dinheiro são usadas para firmar contratos de patrocínio ou adquirir direitos de transmissão de partidas de futebol. Permite o dinheiro sujo ser injetado nele sob a aparência de investimento legítimo.

Há um sistema ilegal dedicado a maximizar lucros de indivíduos em detrimento dos clubes. É um sistema de divisão de comissões bastante experimentado. Um clube compra um jogador de outro por um valor de transferência acordado entre eles. Os agentes recebem uma comissão na forma de um percentual do valor dessa transação.

Eles repassam então parte de sua comissão aos demais indivíduos facilitadores da transação. Muitos técnicos participam das “jogadas de troca-de-favor”: contratam, indicam ou escalam jogadores para receber comissão (“prêmio”) com a valorização deles e sua venda posterior.

Essa propina é discretamente paga em dinheiro vivo ou por meio de “presentes” como relógios de luxo ou até carros *premium*. É evasão fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro!

Esses abusos se devem à concentração de grandes somas de dinheiro em uma mesma transação na qual diferentes partes estão interessadas, ao poder discricionário de uma única pessoa como o diretor de futebol, ao valor subjetivo da “mercadoria”, sem baliza para avaliação do preço de um jogador de futebol, e à flexibilidade da legislação em matéria de conflitos de interesse: atuar em causa própria ao ocupar cargo de decisões.

Tudo isso ocorre em contexto de *fragilidade financeira do futebol profissional*. A maioria dos clubes encontra-se em situação precária e necessita das transferências de jogadores para tentar equilibrar as contas.

Para investigar, o *follow the Money* é facilitado porque os valores anunciados nas transferências nunca são pagos à vista de uma única vez, mas em parcelas, semestrais ou anuais, de acordo com a duração dos acordos. O agente de jogadores paga as várias partes interessadas ou corruptas no mesmo ritmo e para isso precisa manter registros. Basta a polícia fazer busca e apreensão em residências e escritórios para os encontrar.

Corrupção Futebol Clube

O escândalo de corrupção na FIFA (Federação Internacional de Futebol), em 2015, abalou sua reputação e levou à prisão de vários dirigentes da entidade. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos investigou a corrupção generalizada dentro da FIFA, incluindo subornos, lavagem de dinheiro e fraude em conexão com a comercialização de direitos de transmissão e marketing de competições como a Copa do Mundo. O então presidente da FIFA, Joseph Blatter, renunciou ao cargo em meio ao escândalo.

A CBF (Confederação Brasileira de Futebol) esteve envolvida nessa corrupção. Autoridades suíças prenderam sete dirigentes de futebol, incluindo o então presidente da CBF, José Maria Marin, em conexão com a investigação de corrupção na FIFA. O escândalo resultou em mudanças na liderança da entidade.

Esses casos evidenciaram a necessidade de reformas profundas nas estruturas e práticas de governança do futebol. Visariam aumentar a transparência e a prestação de contas.

A corrupção no futebol ocorre de várias formas e envolve diversos agentes dentro e fora do esporte. Entre os métodos e as práticas corruptas mais comuns no futebol encontra-se o suborno. Esse método envolve a oferta ou aceitação de dinheiro ou benefícios pessoais para influenciar resultados de jogos, arbitragem, transferências de jogadores, escolha de sedes de competições e outros aspectos relacionados ao esporte.

Recentemente, em função de apostas, revelou-se a manipulação de resultados no futebol brasileiro, outra forma de corrupção. Envolveu jogadores, mas treinadores e árbitros podem ter o propósito de deliberadamente influenciar o resultado de jogos em troca de benefícios financeiros.

A corrupção também ocorre nos contratos e nas negociações de transferências de jogadores. Agentes, dirigentes de clubes e intermediários recebem subornos ou comissões irregulares para facilitar ou influenciar as transações.

Além disso, há práticas de má gestão financeira, como desvio de fundos, fraudes contábeis, evasão fiscal e manipulação de contratos de patrocínio e direitos de transmissão. Uma antiga diretoria do Cruzeiro está sendo processada por isso, além de ter contratado jogadores no fim-de-carreira por valores absurdos à custa de endividamento futuro em processos trabalhistas pelo não pagamento do combinado.

Há conflitos de interesse não declarados ou maliciosos. Envolvem dirigentes, agentes ou outros envolvidos no esporte ao tomarem decisões em benefício de seus próprios interesses financeiros.

O futebol também é utilizado como meio para a lavagem de dinheiro obtido de atividades ilegais. Dinheiro sujo é investido em clubes, jogadores ou em transferências de jogadores para fins de camuflagem e ocultação da origem ilícita em corrupção, tráfico ou fraude.

O crime de lavagem de dinheiro consiste em três etapas para reinserção formalizada do dinheiro ilícito no sistema financeiro. É o caso do “dinheiro por fora” para evasão fiscal.

A colocação acontece por meio dinheiro vivo na compra de bens, imóveis ou obras de arte, criptomoedas etc. Por meio da fragmentação do valor monetário em pequenas quantias de depósitos à vista, a movimentação financeira não precisa ser comunicada e passa despercebida aos órgãos fiscalizadores.

Na fase da ocultação, o principal objetivo é esconder a origem do dinheiro advindo de infrações penais. Através de ações como transferências bancárias ou pela utilização de “contas fantasmas” (abertas com documentos reais em nomes de pessoas inexistentes), o rastreamento dos bens ou recursos financeiros ilegais acaba sendo dificultado.

Como última das etapas da lavagem de dinheiro, os recursos ilícitos são formalmente reinseridos no sistema financeiro. Essa integração ocorre por meio de investimentos em negócios lícitos ou compra de ativos com documentos supostamente legais.

Para combater a corrupção no futebol, são necessárias medidas de governança, transparência, fiscalização e aplicação da lei, bem como o envolvimento de entidades reguladoras e órgãos policiais internacionais – e não só “raposa cuidando do galinheiro”.

Um exemplo dessa atitude vigilante está na minissérie documental na Apple TV: *Superliga*. Refere-se à proposta controversa, anunciada em abril de 2021, para a criação de uma competição apenas entre clubes de elite na Europa.

A ideia era estabelecer uma liga fechada, composta por 12 clubes fundadores com garantia de participação permanente, independentemente de seu desempenho esportivo: Juventus, AC Milan e Internazionale da Itália; Atlético de Madrid, Barcelona e Real Madrid da Espanha; Arsenal, Chelsea, Liverpool, Manchester City, Manchester United e Tottenham Hotspur da Inglaterra.

Evidentemente, grandes clubes como o Bayern de Munich (Alemanha), PSG (França), Ajax (Holanda), Benfica (Portugal), entre outros, não apoiaram, assim como os clubes de outros países costumeiros participantes da Champion League e da Copa da UEFA com ascensão e rebaixamento. Suas torcidas pertencem a grandes comunidades.

Além dos 12 clubes fundadores, argumentaram os “inventores do cartel”, a proposta previa outros 3 clubes seriam convidados para participar como membros permanentes. No entanto, os clubes fundadores começaram a retirar seu apoio à Superliga, logo após o anúncio, em resposta à forte reação negativa de torcedores com manifestações de rua, jogadores, treinadores, governos e outras entidades do futebol como UEFA e FIFA.

Houve protestos intensos e condenações públicas. Afinal, o campeonato proposto entre “times ricos vencedores” desrespeitava os princípios de meritocracia esportiva, competição justa e sistema de promoção e rebaixamento.

A Superliga minaria as competições nacionais existentes, como as Ligas Nacionais e a Liga dos Campeões da UEFA, ao concentrar o poder e os recursos em um pequeno grupo de clubes. À primeira vista, a proposta não permitia a entrada de outros clubes além dos 12 fundadores, restrição injusta e limitadora de oportunidades para outros clubes.

A proposta foi criticada por colocar interesses financeiros acima dos valores tradicionais do futebol, como a paixão dos torcedores, a identificação com o clube local e a competição saudável. Essas são as raízes do futebol antes da globalização e da maximização da mercantilização do esporte.

Devido à reação negativa e pressão política, a maioria dos clubes fundadores começou a retirar seu apoio à Superliga poucos dias após o anúncio. Tornou-se natimorta. Os planos para sua implementação foram abandonados por eles com a maioria admitindo a ideia não ser viável diante da rejeição generalizada, inclusive a ameaça de jogadores participantes de seus jogos serem deserdados das demais competições da UEFA / FIFA.

O episódio da Superliga se relacionou à governança do futebol, à desigualdade financeira entre clubes e ao papel dos torcedores na tomada de decisões. Também estimulou discussões sobre a necessidade de reformas na estrutura do futebol europeu para garantir um equilíbrio entre os interesses econômicos e os valores esportivos.

Por exemplo, o objetivo principal do fair play financeiro da UEFA é evitar os clubes acumularem grandes dívidas e gastarem acima do gerado em receitas. Busca garantir os clubes, com gestão responsável, operarem de forma sustentável financeiramente.

Os clubes participantes das competições da UEFA devem apresentar informações financeiras detalhadas, incluindo demonstrações financeiras e projeções futuras. Necessitam cumprir determinados limites de endividamento, com restrições sobre o uso de injeções de capital excessivas ou provenientes de fontes questionáveis. Não podem desequilibrar excessivamente a competição ao impor um padrão superior capaz de afetar os pagamentos de outros clubes a jogadores, funcionários ou autoridades fiscais.

Caso os clubes não cumprirem as regras do *fair play* financeiro da UEFA ficam sujeitos a uma série de sanções. Incluem advertências, multas financeiras, restrições nas inscrições de jogadores nas competições e até mesmo exclusão de competições futuras.

Para promover a formação de jogadores jovens, em nível nacional, a UEFA estabeleceu a regra de cada clube incluir um número mínimo de jogadores em suas listas de jogadores registrados em clube nacional por um período específico.

Isso é conhecido como “regra de jogadores formados localmente”. Alterou a exportação de jogadores brasileiros tornando-a cada vez mais de jovens promissores. Desnacionalizou a seleção brasileira com poucos jogadores de times do país.

A FIFA estabeleceu uma idade mínima de 18 anos para a transferência internacional de jogadores, com algumas exceções, por exemplo, se o jogador estiver se mudando para outro país dentro da União Europeia, onde a idade mínima é reduzida para 16 anos.

Jogadores brasileiros talentosos com 16 de idade assinam contrato profissional e logo são vendidos para a Europa. Por isso, o futebol jogado no Brasil está decadente.

Análise da Viabilidade de Abertura de Capital de SAF

Marcelo Weishaupt Proni e João Pedro Marchiore Libanio se colocaram a pergunta: *o futebol brasileiro entrará na Bolsa de Valores?* Responderam-na com uma ótima pesquisa, sintetizada na *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)*, publicada em novembro de 2016.

Essa estratégia ainda não foi testada no Brasil, mas o Projeto de Lei n. 5.082/2016, em princípio, pretendia viabilizar a entrada de equipes na BM&F-Bovespa com a criação da Sociedade Anônima do Futebol. O objetivo do artigo é analisar a viabilidade de abertura de capital para grandes equipes nacionais como fonte de financiamento e estratégia de valorização patrimonial.

Inicialmente, Proni e Libânio (2016) informam a respeito da experiência de abertura de capital no futebol inglês. Quando 17 clubes ingleses se tornaram Sociedades Anônimas com capital aberto, entre 1995 e 1997, inspiradas no caso de sucesso do Manchester United, cujas ações valorizaram mais de 500% entre 1991 e 1995, houve profundas mudanças na sua estrutura de comando e na direção dos negócios:

- a diretoria passou a ser composta por executivos qualificados,
- eles precisavam elaborar o planejamento estratégico,
- tinham de prestar contas para o Conselho de Administração,
- ficaram legalmente obrigados a preservar os interesses dos acionistas da empresa,
- evitavam gastos exagerados e endividamento inconsequente.

Porém, suas ações, cotadas na Bolsa de Valores, ficaram sujeitas aos riscos e desafios inerentes às características ímpares de seu ramo de atividades:

- resultados esportivos ruins podiam ocasionar quedas significativas nos preços das ações negociadas, acarretando perdas patrimoniais imediatas.
- classificação para um torneio internacional podia proporcionar ganhos expressivos, influenciados pela expectativa de ampliação das receitas e elevação da rentabilidade esperada.

As empresas de capital aberto, participantes do mercado acionário, buscam a satisfação de seus acionistas por meio da distribuição de dividendos e de ganho sobre o capital investido. Diferentemente, a Sociedade Anônima de Futebol pode colocar em segundo plano esse retorno financeiro (distribuição de lucros), para o acionista, e assumir como prioridade o sucesso no âmbito esportivo, condição para uma valorização posterior de suas ações com ganho de capital. Seria uma atividade essencialmente especulativa.

De 26 clubes do Reino Unido listados na Bolsa, entre 1991 e 1997, 13 foram obrigados a se retirar entre 2001 e 2007, em razão da desvalorização progressiva no preço de suas ações. Outros 11 decidiram deixar o mercado de ações devido ao mau desempenho, após a eclosão da crise financeira. Seus resultados foram inferiores à média do mercado.

Em grande medida, esse insucesso esteve associado a:

- má avaliação de seu valor de mercado,
- dificuldade de controlar os gastos com salários de jogadores,
- erros da gestão financeira,
- falhas relativas à governança corporativa.

Em 2016, restavam apenas 4 equipes com o capital aberto no Reino Unido, sendo duas inglesas e duas escocesas: Manchester United, Arsenal, Celtic e Rangers.

Proni e Libânio (2016) sintetizam os motivos pelos quais alguns clubes ingleses não se deram bem na Bolsa de Valores:

1. os mercados de capitais impõem regras difíceis de serem cumpridas pelos clubes, por exemplo, quando negocia a transferência de um jogador, o clube quer tratar disso sigilosamente, sem ter de comunicar ao mercado (e à torcida) o pretendido fazer;
2. muitos não costumam pagar dividendos, pois não oferecem perspectiva de lucros para os acionistas.

Na Era do Futebol-Empresa, outros times europeus têm obtido sucesso (dentro e fora de campo) com a adoção de modelos sofisticados de administração empresarial, sem recorrer à abertura do capital. Por exemplo, o modelo de gestão empresarial de equipes tradicionais, como o Real Madrid e o Barcelona, não requer a criação de sociedade anônima.

Nesse caso, a propriedade do clube é de uma coletividade de associados. Ela elege um Conselho Representativo. Este, por sua vez escolhe a diretoria com mandato para dirigir o clube durante um período.

Esse modelo permite a contratação de profissionais capacitados para cuidar de Departamentos (Financeiro, Jurídico e de *Marketing*), sob a supervisão da Diretoria. Além disso, também há o Conselho de Fiscalização: veta ou aprova projetos e autoriza contratos e parcerias.

Em geral, é constituído por ex-presidentes e ex-diretores com mandato vitalício. Dizem ser capazes de tomar decisões com base na ética esportiva e na tradição do clube.

Uma exigência para qualquer empresa com ações negociadas no mercado de capitais é a transparência de informações ao público investidor. No caso do futebol, na primeira década do novo milênio, os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras dos clubes eram pouco detalhados.

Além disso, como o mercado acionário é bastante volátil ao noticiário nacional e internacional, oscilando de acordo com as informações divulgadas, havia o receio de uma variação repentina do valor dos papéis em função de alguns acontecimentos, entre outros:

- desclassificação prematura em qualquer torneio,
- contusão de um jogador,
- demissão do treinador,

- perda de patrocinador,
- renúncia do diretor de futebol.

Torcedores emocionais podem se comportar como investidores racionais em longo prazo? Torcida não adota sempre um comportamento de manada guiada pelo prazer da vitória ou dor da derrota?

Segundo avaliação de Proni e Libânio (2016), a abertura de capital e o consequente aprimoramento gerencial e organizacional do clube-empresa poderiam levar a “indústria do futebol” a uma maior profissionalização diretiva, potencializando o desempenho financeiro e a valorização patrimonial. Mas, caso algumas equipes de futebol brasileiras quisessem entrar na Bolsa de Valores, não seria suficiente a profissionalização da administração.

Além de contratar profissionais qualificados para os cargos executivos, seria necessária uma completa mudança organizacional. Uma adequação da legislação relativa ao clube-empresa também ajudaria, assim como incentivos fiscais.

Adicionalmente, deveria ser melhorada a imagem institucional e fortalecido o relacionamento com um público acionista não restrito a seus torcedores. O clube precisaria cuidar de sua projeção na mídia e obter reconhecimento de variados públicos.

Uma verdadeira SAF deveria assegurar transparência não só dos resultados financeiros, como também dos métodos de gestão e controle (governança corporativa), permitindo acompanhamento constante da comunidade financeira (doméstica e internacional).

De fato, segundo Proni & Libanio (2016: 190), “os poucos clubes com cogitação de seguir esse caminho não possuíam governança estruturada para atender aos padrões de exigência da CVM e sua gestão era parcialmente profissional”.

A inviabilidade do ingresso na Bolsa não decorria dos custos relacionados à abertura de capital (e à sua manutenção), mas sim de:

- falta de tradição em assegurar transparência da gestão e dar acesso a informações;
- dificuldade de restringir a negociação das ações por detentores de informações privilegiadas;
- vulnerabilidade de suas ações a tentativas de ofertas hostis.

Caso algumas equipes de futebol da elite nacional tivessem porte econômico mínimo, para serem negociadas na Bolsa de Valores, não apresentariam bons indicadores de liquidez. Tampouco ofereceriam boas perspectivas de rentabilidade para eventuais acionistas.

A incerteza em relação às receitas, relacionada, em parte, ao desempenho esportivo, afetaria a qualidade da gestão e o cálculo econômico de possíveis investidores. A assinatura de contratos de longo prazo para patrocínios e direitos de televisão ajudou a reduzir essa incerteza, mas não foi suficiente para projetar uma boa performance na Bolsa de Valores.

Segundo Proni e Libânio (2016), o ingresso na Bolsa de Valores encontrou resistências internas nos principais clubes brasileiros. Seus dirigentes argumentaram com base no risco de acarretar a perda de flexibilidade no processo de decisão e causar tensões em razão da pressão constante dos acionistas por desempenho financeiro.

Tais resistências não significavam uma aversão à modernização da gestão. Almejavam a subordinação do modelo administrativo à preservação do poder dos grupos dominantes na política interna do clube.

Exigiria uma administração mais profissional, imune às divergências internas típicas de clubes sociais. Por exemplo, a cada três anos, há eleições para a presidência da Diretoria, gerando conflitos capazes de prejudicar o planejamento estratégico e financeiro de longo prazo.

A estratégia refutada pela tradicional direção de clube em busca de status social exigiria a implantação de um organograma similar ao de grandes corporações. Haveria a separação de três unidades de negócios do clube: futebol (base e profissional), uso do estádio e clube social.

Na *área do marketing*, haveria a criação de uma área de *branding* para cuidar da valorização da marca. Isso indicava a necessidade de aprimorar a gestão de contratos de licenciamento.

Na *área das finanças*, haveria a redução da folha de pagamentos do Departamento de Futebol, reduzindo o teto salarial e usando critérios de remuneração variável. Também haveria a reestruturação da elevada dívida bancária do clube em busca de diminuir o custo financeiro e obter um alongamento dos prazos.

Proni e Libânio (2016) salientam: “após a aprovação da Lei Pelé, o futebol brasileiro se tornou um negócio bilionário. A receita conjunta dos clubes brasileiros passou de R\$ 600 milhões em 2001 para mais de R\$ 3 bilhões em 2013” (p. 192).

Mas, apesar dessa expansão significativa, os gastos com contratações e salários de jogadores (e comissão técnica) continuaram pressionando o orçamento. A gestão financeira da maioria dos clubes permaneceu deficitária, dificultando o pagamento de encargos tributários e trabalhistas e resultando em endividamento crescente.

Diante de tais desequilíbrios orçamentários, muitos dirigentes foram obrigados a comprometer receitas futuras, na maioria dos casos antecipando o recebimento por direitos de transmissão. Além disso, tomaram empréstimos emergenciais, fazendo as dívidas se tornarem quase “impagáveis”.

Em abril de 2016, houve a apresentação na Câmara dos Deputados de um projeto de lei (PL 5.082/16) com a pretensão de criar a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Requeria serem estabelecidos procedimentos de governança e de natureza tributária. A justificativa era simples: seria mais um passo necessário no *processo de “empresarização” do futebol brasileiro*.

No entanto, incoerentemente com a ideia de Sociedade Anônima, a abertura do capital seria facultativa. Apenas caso fosse vantajosa e viável com base de análise bem fundamentada em cada caso particular.

Houve resistências à aprovação dessa lei por parte de:

- grupos conservadores em defesa da manutenção da atual estrutura de propriedade nos clubes,
- autoridades governamentais preocupadas em barrar a pressão por regime tributário especial para empresas de médio porte com capital aberto,

- políticos demagogos com o entendimento de o futebol ser um bem público, reticentes à sua total conversão em ativo financeiro, sujeito à oscilação do mercado de ações.

É possível a transformação do clube em SAF ser compatível com a adoção de um modelo antiquado de governança corporativa. Afinal, uma Sociedade Anônima pode ser administrada sem transparência e priorizando os interesses de um grupo restrito de acionistas.

Logo, mesmo no caso de clubes ousados ao constituírem uma empresa com o capital aberto, não há garantia de serem evitados problemas comuns no Brasil:

- estrutura de propriedade com alta concentração de ações ordinárias (com direito a voto) e alto índice de emissão de ações preferenciais (sem direito a voto);
- controle da empresa compartilhado por poucos investidores alinhados por meio de acordo entre acionistas, restando aos acionistas minoritários pouca atuação no Conselho de Administração; e
- pouca clareza na divisão dos papéis do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Concluem Proni e Libanio (2016, p. 195-196): “para uma ação ser considerada atrativa, o negócio deve transmitir confiança para o mercado acionário, baseada na expectativa de rentabilidade e de liquidez dos ativos. Esta é uma condição difícil de ser cumprida no futebol nacional. Portanto, listar ações na Bolsa de Valores é uma operação de risco, mesmo implicando baixo custo inicial, pode acarretar prejuízos elevados se o desempenho das ações for decepcionante”.

Não há garantia de a conversão do clube de futebol em Sociedade Anônima possa propiciar, de forma automática, um melhor desempenho econômico. Além disso, a instabilidade das receitas, a falta de boa governança e a dificuldade de cortar gastos afugentam os investidores realistas.

Os acionistas identificados com o clube – uma elite de torcedores de alta renda – compensariam essa desconfiança. Entretanto, o clube não se sustentaria listado na Bolsa somente com base na fidelidade de pequena parcela de seus torcedores.

Proni e Libanio (2016, p. 197) deixam ao leitor a resposta à questão-chave final: a quem pertence o controle dos clubes e quem são os maiores beneficiados com sua valorização patrimonial?

Para implantar a SAF, os dirigentes atuais têm de renunciar à parte de seu poder e prestígio. Além disso, ainda não se sabe o possível de acontecer no caso de um grupo econômico, nacional ou estrangeiro, adquirir a maioria das ações ordinárias e controlar o clube-empresa.

Os coautores opinam sobre possíveis consequências da SAF: “as atuais desigualdades verificadas no desempenho financeiro dos times mais populares do país se amplificariam. Isso desequilibraria ainda mais as disputas no campo esportivo.

Para evitar isso acontecer, uma alternativa seria a criação de uma Liga Nacional com estrutura jurídica adequada e porte econômico razoável para negociar ações na Bolsa. Nesse caso, o patrimônio inicial da empresa seria avaliado de acordo com os direitos econômicos relativos à transmissão dos torneios e a contratos de *marketing* da Liga. Contudo, esse tipo de solução não foi experimentado em outros países, não havendo motivos para supor ser possível vingar no Brasil”.

Por fim, Proni e Libanio (2016) levantam a possibilidade de modernização da gestão do futebol sem a necessidade de conversão de todos os clubes em SAF. Em certos casos, há possibilidade da adoção de práticas eficazes de governança e planejamento estratégico ser bem-sucedida.

Isso ocorria em clubes como Real Madrid e Barcelona. Porém, com a inflação dos salários das estrelas contratadas e conseqüente endividamento eles sucumbiram e chegaram a apelar para a criação um cartel dos clubes ricos e vitoriosos via a natimorta Superliga...

Como contraponto ao processo chamado de “empresarização” do futebol, cuja realidade global sugere a predominância do modelo de Sociedade Anônima de Futebol (SAF), Irlan Simões Santos, pesquisador-membro do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte (LEME/UERJ), elenca os principais elementos para uma análise crítica acerca das propostas de um novo processo de transformação dos clubes brasileiros do modelo de associação civil sem fins lucrativos para o modelo de sociedade empresária.

De início, apresenta os projetos de lei existentes. Depois, aponta a necessidade de uma abordagem de caráter crítico sobre o processo proposto, diante da realidade concreta vivenciada em outros países.

O país testemunha um movimento pela “empresarização dos clubes”. Trata-se da conversão do modelo jurídico das agremiações de associações civis sem fins lucrativos para o modelo de sociedade empresária.

O autor se incomoda com os distintos interesses dos tradicionais a disputar a posse dos clubes para lhes dar maior capacitação financeira. Desde logo, posiciona-se de maneira crítica.

O caráter “sem fins lucrativos” se refere à impossibilidade, comumente previstas em lei, de distribuição de lucros e dividendos dessas organizações entre os seus associados. O corpo de sócios possuidores de direito de votos, dentro da associação clubística, vai sempre depender da correlação de forças internas.

Em uma Sociedade Anônima, a participação acionária determina o peso de cada acionista nesses espaços de decisão cruciais para definir os rumos da empresa. Poderá até um único sócio majoritário assumir todos os riscos.

A Lei das SAF propiciou a criação de um novo tipo jurídico no país – as Sociedades Anônimas do Futebol – com regras e tributação específica adequadas para o ambiente de negócios do futebol. De imediato, os neoliberais predominantes na mídia brasileira divulgaram aos leitores seu otimismo quanto ao processo de “empresarização dos clubes”.

Simões (2020: 11) denuncia esse neoliberalismo se imiscuir no esporte, enquanto regime político-econômico promotor da proeminência dos interesses de “O Mercado” sobre a organização social. Os formadores de opinião divulgam a ideia de clubes de futebol – centenárias instituições sociais aglutinadoras de múltiplos e diversos agrupamentos humanos comunitários de pertencimentos afetivos – poderem, ou mesmo deverem, estar sujeitos ao controle privado e atomizado de grupos específicos de poder político e financeiro.

Ele se pergunta: se a propriedade de clubes de futebol é uma atividade econômica extremamente custosa e arriscada, raramente entregando bons resultados financeiros aos seus

envolvidos, apesar do crescente montante de dinheiro movimentado por essa indústria, por qual razão interessaria tanto a propriedade dos clubes?

Basicamente, responde, porque não está necessariamente se falando de um mercado, mas sim de *uma grande indústria de entretenimento para captação e reprodução de poder*.

Considerações finais

Como exposto neste Texto para Discussão, os principais tipos de proprietários de clubes de futebol no mundo distribuem seus interesses entre:

1) *geopolítica*: uso do futebol como instrumento de “*soft power*” por países como Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos;

2) *política eleitoral/institucional*: uso do poder de atração de clubes com objetivos eleitorais;

3) *mercado de capitais*: uso das ações pelos proprietários para tecer redes de relacionamento e atrair investidores para outras empreitadas particulares lucrativas, diferentes do clube de futebol;

4) *lavagem de dinheiro*: uso dos clubes para movimentações ilícitas por parte de agentes aventureiros, sujeitos de baixa reputação e má índole, acessando uma elite política e financeira à qual não teria acesso por outros meios mercantis.

Em todos esses casos, guardadas as devidas proporções, os clubes resumem-se a *ferramentas de captação de poder*. Portanto, são sim *recompensadores*, embora não sejam economicamente *lucrativos*.

Bibliografia

ANDERSON, Chris; SALLY, David. *Os números do jogo*: por que tudo o que você sabe sobre futebol está errado. São Paulo: Editora Paralela, 2013.

BELLOS, Alex. *Futebol: o Brasil em campo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 350p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses*: futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.

FROER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo*: um olhar inesperado sobre a globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2005. 244p.

KUPER, Simon; SZYMANSKI, Stefan. *Soccernomics*: por que a Inglaterra perde, a Alemanha e o Brasil ganham, e os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, a Turquia – e até mesmo o Iraque – podem se tornar os reis do esporte mais popular do mundo. Rio de Janeiro: Editora Tinta Negra, 2010.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do futebol*. Campinas: IE-Unicamp, 2000.

PRONI, Marcelo Weishaupt; LIBÂNIO, João Pedro Marchiore. O futebol brasileiro na bolsa de valores? *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 178-200, nov. 2016.

SANTOS, Irlan Simões. *Clube empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol*. Rio de Janeiro: Corner, 2020.

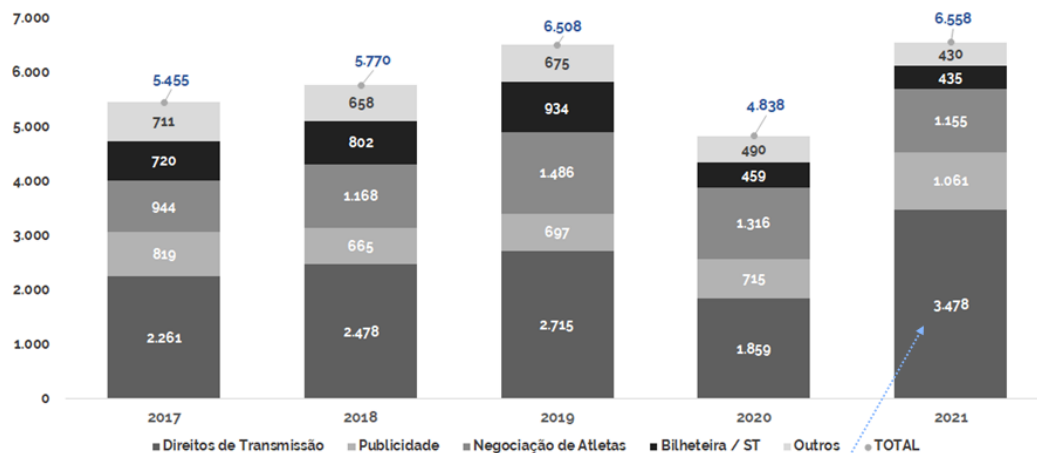
SARAIVA, Pedro Victor Forte. *Futebol e mercado: ascensão das sociedades anônimas do futebol no Brasil*. Monografia (Graduação)–Instituto de Economia. Unicamp, 2023.

TOSTÃO (Eduardo Gonçalves de Andrade). *Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TREVISAN, Fernando. A hora da verdade no negócio futebol. *Valor*, 7 fev. 2022

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio – O futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 446p.

Anexo Estatístico

Evolução das Receitas da Série A do Campeonato Brasileiro
R\$ milhões - Corrigidos pelo IPCA

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados.

Receltas Totais

	2021	2022	Dif.	Var. %
Flamengo	1.115	1.170	56	5%
Palmeiras	963	791	(173)	(18)%
Corinthians	534	737	203	38%
São Paulo	492	661	169	34%
Atlético MG	535	422	(113)	(21)%
Internacional	404	415	11	3%
RB Bragantino	308	353	45	15%
Fluminense	342	339	(3)	(1)%
Santos	394	329	(64)	(16)%
Athletico	280	326	46	16%
Grêmio	492	299	(193)	(39)%
Fortaleza	180	259	79	44%
Coritiba	93	164	71	76%
Vasco	197	153	(44)	(22)%
Cruzeiro	162	150	(12)	(7)%
Ceará	148	150	2	1%
América MG	107	149	41	38%
Botafogo	129	142	13	10%
Cuiabá	74	133	59	79%
Bahia	212	107	(105)	(50)%
Goiás	53	107	53	100%
Atlético GO	120	100	(20)	(16)%
Avaí	27	92	65	246%
Juventude	72	76	4	5%

R\$ milhões - Corrigidos pelo IPCA

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados.

Direitos de Transmissão: Comparativo 2021/2022

	2021	2022	Varição
Flamengo	447	472	25
Corinthians	281	318	36
Palmeiras	530	263	(267)
São Paulo	257	205	(52)
Atlético MG	295	155	(141)
Internacional	183	154	(28)
Fluminense	187	151	(36)
Fortaleza	114	118	4
Athletico	200	114	(86)
Santos	239	105	(134)
América MG	76	102	26
Botafogo	52	90	38
Cuiabá	42	88	45
Goiás	32	75	43
Ceará	96	73	(23)
Grêmio	202	70	(132)
Atlético GO	106	70	(36)
RB Bragantino	114	65	(49)
Juventude	59	50	(9)
Coritiba	59	49	(10)
Avai	14	49	35
Vasco	72	41	(31)
Cruzeiro	47	29	(18)
Bahia	130	22	(109)

R\$ milhões

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados.

Economia do Futebol

Receitas de Publicidade e Marketing por Clube

	2021	2022	Var.
Flamengo	243	261	18
RB Bragantino	104	260	156
Palmeiras	201	157	(43)
Corinthians	178	138	(39)
São Paulo	52	72	20
Athletico	33	70	38
Atlético MG	53	69	16
Santos	45	67	22
Internacional	58	59	1
Grêmio	62	55	(7)
Cruzeiro	40	43	3
Vasco	21	36	15
Fluminense	21	33	11
Fortaleza	15	24	8
Ceará	17	23	6
Bahia	19	18	(1)
América MG	15	18	3
Coritiba	6	16	9
Goiás	5	13	8
Juventude	6	13	7
Avaí	5	12	7
Botafogo	9	6	(3)
Cuiabá	23	6	(18)
Atlético GO	3	5	2

R\$ milhões

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados,

Receitas com a negociação de Atletas Série A Ampliada

	2021	2022	Var.
São Paulo	117	229	112
Palmeiras	147	174	27
Internacional	93	137	43
Flamengo	265	127	(138)
Corinthians	30	104	75
Grêmio	152	102	(50)
Atlético MG	78	88	10
Fluminense	105	86	(20)
Santos	77	58	(19)
Athletico	17	50	33
Coritiba	4	35	30
Vasco	65	27	(38)
RB Bragantino	79	25	(54)
Botafogo	38	25	(13)
Bahia	29	20	(9)
Fortaleza	5	20	15
Cruzeiro	33	16	(17)
Atlético GO	4	15	11
Avaí	3	15	12
Ceará	13	14	0
Cuiabá	1	13	12
América MG	3	11	9
Juventude	3	7	3
Goias	9	3	(6)

R\$ milhões

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados.

Economia do Futebol

Ranking de Dívida Líquida por Clube

	2021	2022	Var.	Var. %
Atlético MG	1.315	1.498	183	14%
Corinthians	963	1.029	66	7%
Cruzeiro	723	800	77	11%
Vasco	710	715	5	1%
São Paulo	632	698	66	10%
Botafogo	465	614	149	32%
Fluminense	501	612	110	22%
Internacional	578	604	27	5%
Athletico	450	601	151	34%
RB Bragantino	331	526	195	59%
Santos	448	482	35	8%
Palmeiras	449	462	13	3%
Grêmio	236	330	94	40%
Flamengo	450	327	(123)	(27 %)
Bahia	176	276	100	57%
Coritiba	225	188	(37)	(16 %)
América MG	101	133	32	31%
Avai	96	73	(23)	(24 %)
Fortaleza	43	60	18	42%
Ceará	49	56	6	13%
Juventude	29	24	(5)	(16 %)
Goiás	44	24	(20)	(46 %)
Atlético GO	7	12	5	68%
Cuiabá	11	3	(9)	(77 %)

R\$ milhões

Fonte: Relatório 2023 da Consultoria Convocados,